

Bárbara Brum Nery

O CONTROLE POLÍTICO DA REFORMA CONSTITUCIONAL

Uma análise do papel do
parlamento na garantia da
juridicidade da Constituição

Prefácio

Álvaro Ricardo de Souza Cruz

Apresentação

Miguel Gualano de Godoy

Área específica
DIREITO CONSTITUCIONAL.

Áreas afins
CIÊNCIA POLÍTICA. PROCESSO LEGISLATIVO.

Público-alvo/consumidores
ESTUDANTES E PROFESSORES DE GRADUAÇÃO
E PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO E CIÊNCIA
POLÍTICA.

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm
CÓDIGO: 10002976

BÁRBARA BRUM NERY

O CONTROLE POLÍTICO DA REFORMA CONSTITUCIONAL

UMA ANÁLISE DO PAPEL
DO PARLAMENTO
NA GARANTIA
DA JURIDICIDADE
DA CONSTITUIÇÃO



Prefácio
Álvaro Ricardo de Souza Cruz

Apresentação
Miguel Gualano de Godoy

30
anos

FORUM

Na história recente do Brasil, os Poderes Judiciário e Legislativo ganharam relevância inédita despertando vivo interesse da população, que passou a discutir sobre os mais diversos temas jurídicos e políticos. A ampliação do debate é essencial para a construção de uma democracia participativa e justa, porém impõe à academia o ônus de filtrar informações e produzir conhecimento crítico. É nesse contexto que o presente trabalho apresenta contribuições sobre a atuação do Congresso Nacional como garantidor da juridicidade da Constituição. Numa análise minudente dos meandros do processo legislativo e do sistema de comissões parlamentares brasileiro, a autora revela os debates e bastidores em torno do controle parlamentar de juridicidade da reforma constitucional.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

N456c Nery, Bárbara Brum
O controle político da reforma constitucional : uma análise do papel do parlamento na garantia da juridicidade da Constituição / Bárbara Brum Nery. – Belo Horizonte : Fórum, 2022.
240 p.; 14,5 x 21,5cm

ISBN: 978-65-5518-241-5

1. Direito Constitucional. 2. Ciência Política. 3. Processo Legislativo. I. Título.

CDD: 341.2
CDU: 342

Elaborado por Daniela Lopes Duarte – CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

NERY, Bárbara Brum. *O controle político da reforma constitucional*: uma análise do papel do parlamento na garantia da juridicidade da Constituição. Belo Horizonte: Fórum, 2022. 240 p. ISBN 978-65-5518-241-5.

Bárbara Brum Nery

Mestre e Doutora em Direito Público pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2013/2015 e 2016/2020). Especialista em Direito Processual (2013) e Graduada em Direito (2012) pela mesma instituição (PUC Minas). Professora Universitária. Advogada.

PREFÁCIO	
Álvaro Ricardo de Souza Cruz	25
APRESENTAÇÃO	
Miguel Gualano de Godoy	29
CAPÍTULO 1	
INTRODUÇÃO	33
CAPÍTULO 2	
ALOCAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, INTERPRETAÇÃO E DEFINIÇÃO CONSTITUCIONAL.....	39
2.1 A definição sobre a última palavra: entre a toga e o parlamento.....	40
2.2 A judicialização da política e a experiência brasileira.....	43
2.3 <i>Institucional choice</i> e o processo de alocação de competências para a reforma constitucional	52
2.3.1 A judicialização da reforma constitucional.....	55
2.4 A legitimidade da interpretação constitucional por juízes e cortes e a crítica ao <i>judicial review</i>	60
CAPÍTULO 3	
O PODER LEGISLATIVO E A GARANTIA DA JURIDICIDADE CONSTITUCIONAL.....	67
3.1 O devido processo legislativo e o controle de constitucionalidade de emendas à Constituição.....	69
3.1.1 Processo legislativo regimental e as emendas constitucionais – Câmara dos Deputados	71
3.1.2 Processo legislativo regimental e as emendas constitucionais – Senado Federal	77
3.2 Natureza das normas regimentais: o parlamento como uma fábrica de vícios formais na reforma constitucional?.....	83
3.2.1 Escolha institucional e o passivíssimo procedimental	86
3.2.2 A preempriedade do processo legislativo regimental.....	93
3.2.3 Vedação à reapresentação de matéria arquivada ou havida por prejudicada na mesma sessão legislativa – Embates e resquícios das emendas aglutinativas na era “Cunha”.....	104
3.3 Conclusões parciais quanto à garantia de juridicidade constitucional a partir do procedimento regimental.....	118
CAPÍTULO 4	
REGIME DE COMISSÕES PARLAMENTARES: HISTÓRIA E EVOLUÇÃO NORMATIVA	121
4.1 Sistema de Comissões Parlamentares brasileiro e os reflexos no exercício do controle de constitucionalidade de emendas à Constituição.....	129
4.2 Consultoria legislativa: a necessária especialização	141
4.3 A interpretação da lei e o ambiente político	153
CAPÍTULO 5	
O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE COMO FILTRO NO PROCESSO LEGISLATIVO: CONSEQUÊNCIAS DO MODELO VIGENTE.....	155
5.1 As razões no controle parlamentar de constitucionalidade	161

5.2	A necessária cultura da justificação jurídica na reforma constitucional: como se veem os legisladores e o que esperar deles	164
5.3	Análise de pareceres sobre (in)admissibilidade de propostas de emendas à Constituição na CCJ do Senado Federal	166
5.4	Análise de pareceres sobre (in)admissibilidade de propostas de emendas à Constituição na CCJC da Câmara dos Deputados.....	172
5.5	Considerações	175
CAPÍTULO 6		
	CONCLUSÃO	177
	REFERÊNCIAS.....	181
	ANEXO A – Panorama geral de tramitação das PECS – 1988-2018.....	209
	ANEXO B1 – Relação de Propostas de Emenda à Constituição que tramitaram no Senado Federal entre 1988 e 2018	210
	ANEXO B2 – Relação de Propostas de Emenda à Constituição que tramitaram na Câmara dos Deputados entre 1988 e 2018	211
	ANEXO C – Emendas Constitucionais objeto de alguma ADI ou de apreciação em sede de Repercussão Geral.....	212
	ANEXO D – Folder explicativo sobre o Sistema de Acompanhamento de Solicitação às Consultorias.....	215
	ANEXO E – Serviço de relacionamento público Alô Senado – Mensagem nº 19000413682	216
	ANEXO F – Composição CCJC	218
	ANEXO G – Resposta a Solicitação de Informação – LAI.....	219
	ANEXO H – Sistema de Informação ao Cidadão – SIC.....	220
	ANEXO I – Resposta a Solicitação de Informação – LAI	222
	ANEXO J – Atendimento Conecte nº 19610	223
	ANEXO K – Reuniões Ordinárias das CCJs – Maio/2019	230